



AULA 02

COMO CONCILIAR O TRIPLO COMPROMISSO DO PERITO?



03/09



20H

SEMANA DA

PERÍCIA
PSICOLÓGICA



LARA SCHMITT CESAR

Quem sou eu?

Docente e psicóloga judiciária. Graduada pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Saúde Mental, Psicopatologia e Psicanálise pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR). Psicóloga Judiciária do TJPR há mais de onze anos, com atuação cotidiana em perícias psicológicas de Varas de Infância e Juventude, Família e Criminal. Coordenou Comissão de Psicologia Jurídica do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-Pr – Subsede Londrina) de 2016 a 2020. Membro da American Psychology-Law Society, Coordenadora Interdisciplinar do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) -Londrina. Professora em diversos cursos de pós graduação em Psicologia e Direito. Professora convidada da Escola da Magistratura do Paraná(EMAP). Ministra cursos e palestras na temática da Psicologia Jurídica, aplicação da Psicologia ao Direito e Violação de Direitos em face de crianças e adolescentes - como violência sexual, violência psicológica, violência digital, violência física dentre outras. Coordena Grupo de Estudos em Psicologia Jurídica e também atua como Supervisora Técnica em Psicologia com profissionais que atuam como peritos. Entrevistadora Forense capacitada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Mas... principalmente, alguém que pode te ajudar.

“O perpassar dessa **JORNADA** se torna ainda mais valioso quando tem-se ao lado alguém para partilhar ética, encorajamento e mansidão! Obrigada Lara”

PAOLA RIBEIRO

*Santo Antônio da Platina/PR
Psicóloga Perita*



“Meu nome é Maria Eduarda e ingressei no concurso do TJRJ em junho de 2022. Atualmente, estou atuando na cidade de Arraial do Cabo/RJ, que conta com uma Vara Única. Diante desse novo desafio, busquei a **VINCULARE** e as trocas foram muito enriquecedoras para a minha prática. Além disso, as supervisões também me deram mais segurança para lidar com determinados casos e me auxiliaram a pensar novos caminhos e estratégias.”

MARIA EDUARDA RIBEIRO

*Angra dos Reis/RJ
Perita do TJRJ*



“Sou recém admitida no Tribunal de Justiça de São Paulo e confesso que ao chegar, além do estranhamento natural ao novo, sentir muito medo de não conseguir ser capaz de realizar todo o trabalho metódico e necessário dentro do judiciário. Porém, ao me encontrar com a Lara e poder ouvi-la, muitas das minhas ansiedades foram amenizadas e pude aprender muito com suas orientações, dicas e conhecimentos, teórico e prático. Foi muito importante ter feito a supervisão com ela e poder receber suas pontuações na estruturação do meu primeiro laudo e também na forma de fazer as avaliações e por isso, recomendo muito o **VINCULARE** e estou na expectativa para poder fazer a formação do **BEABÁ** da Perícia Psicológica, pois acredito que será mais um passo importante nessa minha caminhada dentro do sistema de justiça.”

JULLYANE OLIVEIRA

*Psicóloga Judiciária
Perita TJSP*

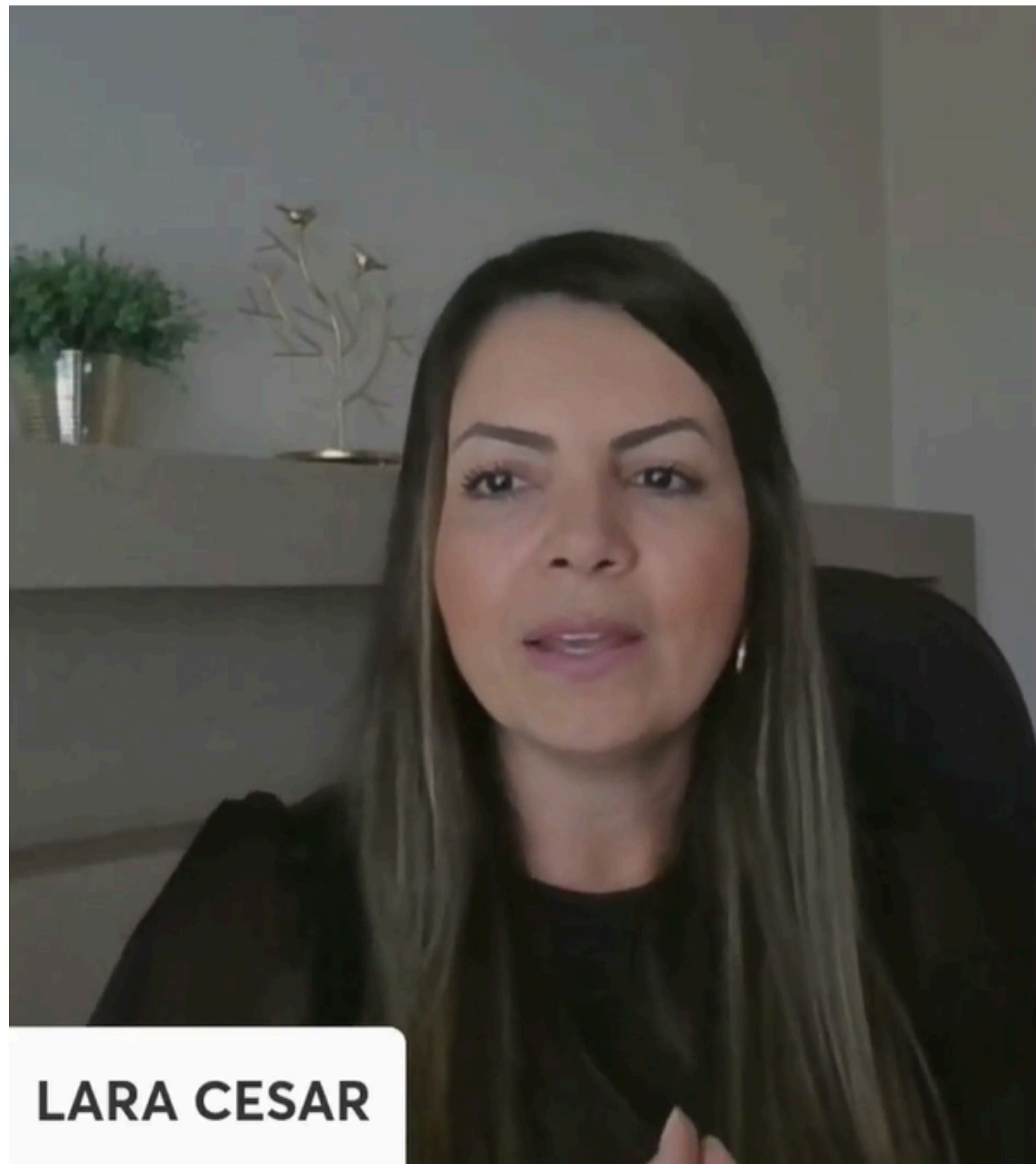


“A prof.^a **Lara Stresser Schmitt Cesar**, proporcionou através de suas orientações, o aprimoramento de meus relatórios para o poder judiciário, permitindo uma construção mais delineada para o leitor, desenvolvendo uma compreensão clara e dinâmica de avaliações realizadas. Aproximou minha redação de uma linguagem mais direcionado para o âmbito jurídico. Recebi elogio de juíza e advogados. sou grata por esse aprendizado.”

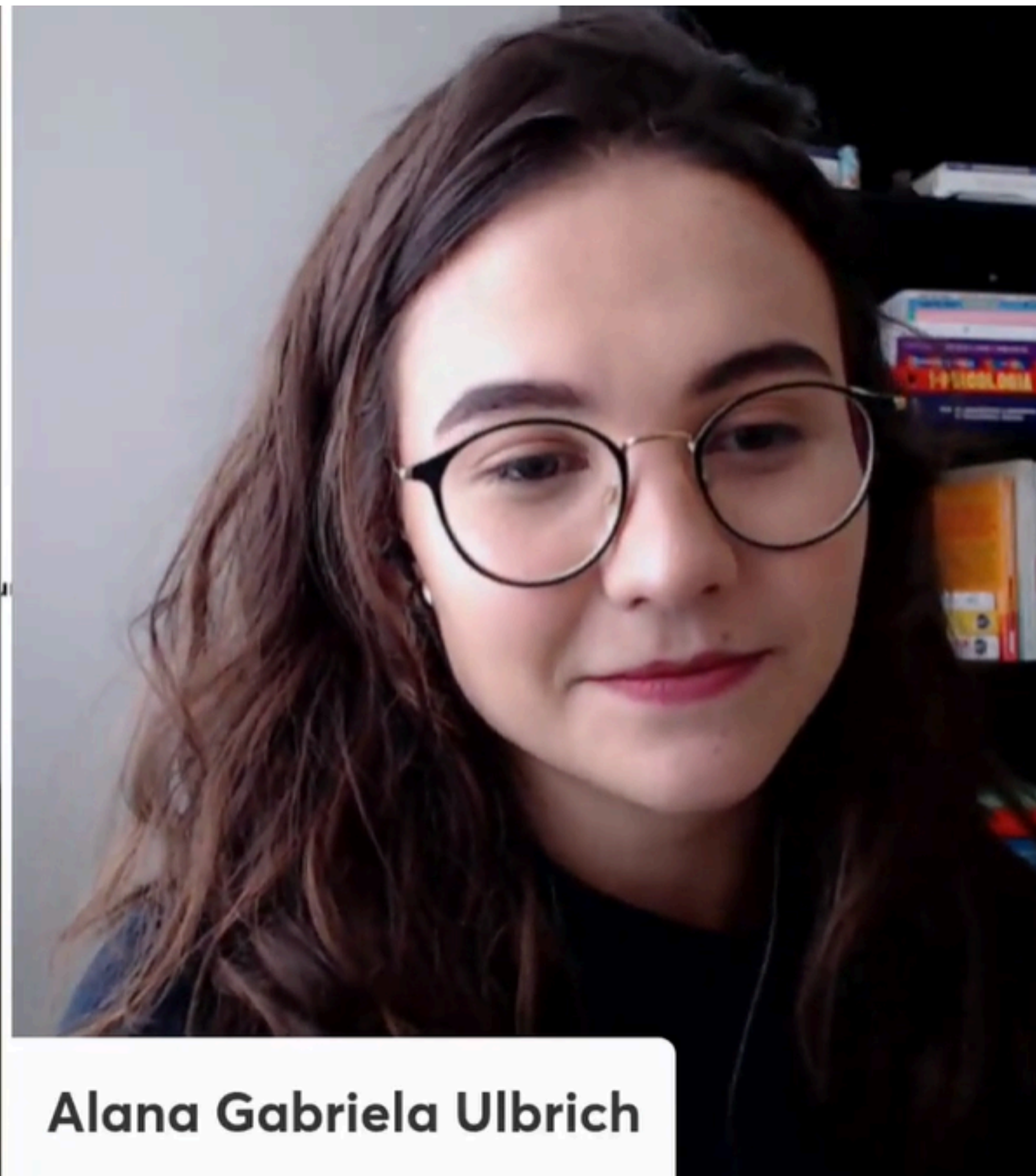
ALESSANDRA LUCIANA LICCO

*Psicóloga Clínica e Forense
Campinas/SP*





LARA CESAR



Alana Gabriela Ulbrich

SEMANA DA

PERÍCIA
PSICOLÓGICA

Vamos relembrar o que foi abordado na Aula 01?

- Definição de Perícia Psicológica;
- Avaliação psicológica como prova pericial;
- Crescimento desse mercado de trabalho;
- Oportunidades de trabalho como perito;
- Como se tornar perito judicial;

PERÍCIA PSICOLÓGICA

Responde a uma **demanda legal**, sendo o seu objetivo **contribuir** com o processo de tomada de decisão do magistrado, quando o caso concreto depende de uma **análise técnica**.



TRIPLA COMPROMISSO DO PERITO

COM O JUIZ DE DIREITO

Com o processo judicial

ESPECIFICIDADES DA RELAÇÃO PERITO E JUIZ

- Confiança
- Responsabilidade
- Colaboração
- Independência



O QUE O JUIZ ESPERA DO PERITO?

?

?

?

O QUE O JUIZ ESPERA DO PERITO?

**Conhecimento
Especializado**

Imparcialidade

**Transparência e
clareza**

DESAFIOS QUE PODEM SURGIR NA RELAÇÃO PERITO MAGISTRADO

como agir, caso tais desafios aconteçam?

1 ?

2 ?

3 ?

DESAFIOS QUE PODEM SURGIR NA RELAÇÃO PERITO MAGISTRADO

como agir, caso tais desafios aconteçam?

1

Falta de compreensão das contribuições da Psicologia

2


Falta de compreensão da autonomia do perito

3

Falta de compreensão do objeto de estudo da Psicologia



ORIENTAÇÕES PRÁTICAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA RELAÇÃO PROFISSIONAL SAUDÁVEL



REFLEXÕES SOBRE O RECONHECIMENTO E FATURAMENTO DO PSICÓLOGO ENQUANTO PERITO NO SISTEMA DE JUSTIÇA



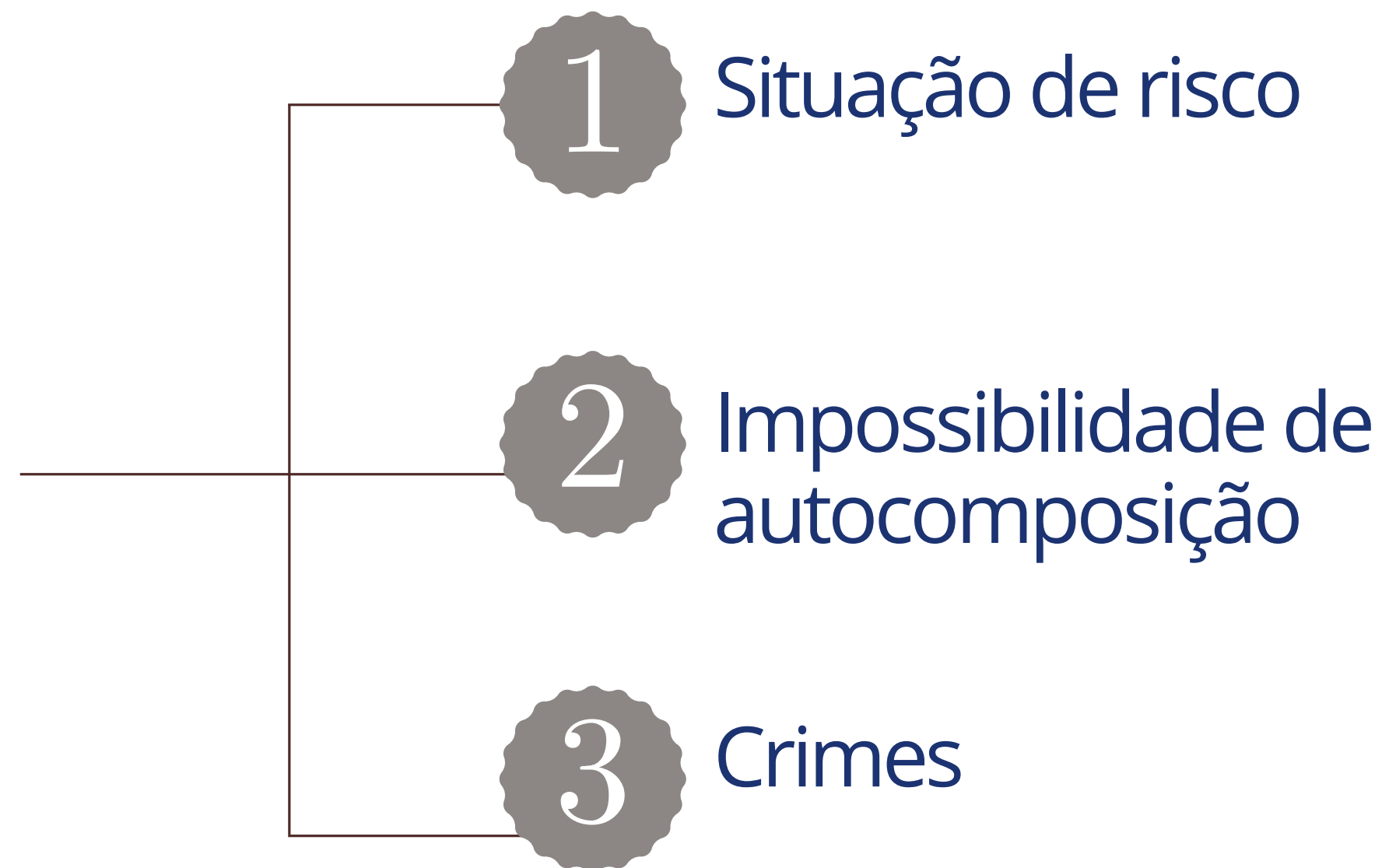
COM AS PESSOAS AVALIADAS

Usuários do Sistema de Justiça

O PERITO E OS USUÁRIOS DO SISTEMA DE JUSTIÇA

Quem são eles?

SEMANA DA
PERÍCIA
PSICOLÓGICA



OBJETIVOS DO TRABALHO

Tema e focos definidos visando o esclarecimento de uma questão para subsidiar decisão judicial.



*Como deve o
perito se
apresentar ao
periciado?*

RELAÇÃO COM O PERICIADO

Imparcialidade, neutralidade, objetividade, limites de confidencialidade.



*Como agir em
caso de pedido
de sigilo?*

MOTIVAÇÃO DO PERICIADO

Em parte dos casos não há voluntariedade, e sim resistências explícitas; em outra parte dos casos, há grande interesse na realização da perícia psicológica.



Como agir diante de ausências injustificadas aos procedimentos periciais?

PRECISÃO DAS INFORMAÇÕES

***Maior ameaça de distorção intencional,
simulação e dissimulação.***



***Amplie as fontes de informações! Contatos
comunitários, testes psicológicos, entrevistas
com demais familiares, etc...***

COLETA DE DADOS





PRAZOS

Prazo oficialmente deferido



Organize o trabalho de acordo com o prazo determinado; caso precise de maior prazo, PEÇA!

Ciente de que é um pedido, e não uma mera informação. O Juiz pode, ou não, deferir.

Desdobramentos da avaliação

- A **impugnação** é uma forma de refutar questões intrínsecas no processo jurídico, sejam elas objetos (provas), pessoas, argumentos ou decisões. Na prática, pode ser entendida como um ato de mostrar oposição, contradição ou contestação a ideias apresentadas pela parte contrária por meio de provas.
- Pedidos de novos procedimentos periciais;
- Descontentamentos;
- Entrevista Devolutiva;





SEMANA DA
PERÍCIA
PSICOLÓGICA

COM O CFP

Conselho Federal de Psicologia

PRINCIPAIS NORMATIVAS

1

Res. 10/2005

2

Res. 08/2010

3

Res. 06/2019

QUAIS SÃO OS CUIDADOS ÉTICOS QUE A(O) PSICÓLOGA(O) PERITA(O) DEVE TOMAR?



Art. 1º – São **deveres** fundamentais dos psicólogos:

- b) Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente;
- c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional.
- e) Estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de Psicologia;

QUAIS SÃO OS CUIDADOS ÉTICOS QUE A(O) PSICÓLOGA(O) PERITA(O) DEVE TOMAR?



Art. 2º – Ao psicólogo é **vedado**:

- j) Estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o atendido, relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado;
- k) Ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação;

QUAIS SÃO OS CUIDADOS ÉTICOS QUE A(O) PSICÓLOGA(O) PERITA(O) DEVE TOMAR?



Art. 6º – O psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos:

- a) Encaminhará a profissionais ou entidades habilitados e qualificados demandas que extrapolem seu campo de atuação;
- b) Compartilhará **somente informações relevantes** para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo.

RESOLUÇÃO 08/2010



CONSIDERANDO que o psicólogo perito é profissional designado para **assessorar** a Justiça no limite de suas atribuições e, portanto, deve exercer tal função com **isenção em relação às partes** envolvidas e comprometimento ético para emitir posicionamento de sua competência teórico-técnica, a qual subsidiará a decisão judicial;

RESOLUÇÃO 08/2010



Art. 3º - Conforme a especificidade de cada situação, **o trabalho pericial poderá contemplar observações, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, aplicação de testes psicológicos, utilização de recursos lúdicos e outros instrumentos, métodos e técnicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia.**

RESOLUÇÃO 08/2010



Art. 4º - A realização da perícia exige espaço físico apropriado que zele **pela privacidade do atendido**, bem como pela qualidade dos recursos técnicos utilizados.

Art. 5º - O psicólogo perito poderá atuar em equipe multiprofissional desde que **preserve sua especificidade** e limite de intervenção, não se subordinando técnica e profissionalmente a outras áreas.

RESOLUÇÃO 08/2010

O PSICÓLOGO QUE ATUA COMO PSICOTERAPEUTA DAS PARTES



Art. 10 - Com intuito de preservar o direito à intimidade e equidade de condições, é **vedado** ao psicólogo que esteja atuando como psicoterapeuta das partes envolvidas em um litígio:

- I - Atuar como perito ou assistente técnico de pessoas atendidas por ele e/ou de terceiros envolvidos na mesma situação litigiosa;
- II – Produzir documentos advindos do processo psicoterápico com a finalidade de fornecer informações à instância judicial acerca das pessoas atendidas, sem o consentimento formal destas últimas, à exceção de Declarações.

Res. 08/2010 CFP

QUAL É O DOCUMENTO PSICOLÓGICO RESULTANTE DA PERÍCIA PSICOLÓGICA?

Considerando a Resolução CFP nº 008/2010, que dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário, e a Resolução CFP nº 006/2019, que institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional, **o Laudo Psicológico é decorrente da Perícia Psicológica.**

Conforme Código de Ética do Psicólogo:

Art. 2º – Ao psicólogo é vedado:

g) Emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico científica;

LAUDO PSICOLÓGICO - CONCEITO E FINALIDADE

Art. 13 – O laudo psicológico é o **resultado de um processo de avaliação psicológica**, com finalidade de subsidiar decisões relacionadas ao contexto em que surgiu a demanda. Apresenta informações técnicas e científicas dos fenômenos psicológicos, considerando os condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida.





Antigamente, a visão de sucesso na psicologia era uma só: Inicialmente sublocar uma sala, atender pacientes por meio de convênios e progressivamente construir seu espaço e seu nome por meio de um consultório e pacientes particulares, com lista de espera. O cenário mudou. A carreira evoluiu, o trabalho interdisciplinar cresceu, e com ele, as oportunidades na psicologia. Hoje, os processos judiciais precisam muito de experts para melhor compreender as situações que chegam até o Poder Judiciário; os Juízes de Direito diariamente nomeiam profissionais de outras ciências para realizarem avaliações e auxiliar na melhor tomada de decisão.

Você precisa de três coisas: conhecimento técnico, responsabilidade e ética.



OBRIGADA!

LARA STRESSER SCHMITT CESAR